

FH assina termos de renegociação da dívida de 10 estados

Pública
BRASÍLIA — Na ausência dos governadores dos principais estados, que decidiram não prestigiar a solenidade, o ministro Fernando Henrique Cardoso assinou ontem termos de compromisso para renegociação das dívidas de dez estados, num total de US\$ 12 bilhões. Para mostrar seu compromisso com a renegociação, os estados acertaram um pagamento simbólico, de cerca de US\$ 35 milhões, correspondentes a 1/240 da dívida.

— Fizemos o que foi possível, mas de forma a não interromper os pagamentos. Com o acordo, os estados não terão como deixar de pagar — disse o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho, referindo-se ao artigo do acordo que permite à União bloquear contas de estados e municípios em caso de interrupção do pagamento.

O termo de compromisso assinado ontem por dez governos estaduais, tem validade de 90 dias. Nesse prazo, o ministro espera que seja aprovada no Senado a lei de rolagem das dívidas, que permitirá a assinatura de contratos definitivos. Alguns estados terão de aprovar leis permitindo o bloqueio de suas contas em caso de inadimplência.

— Já tínhamos acertos com a CEF e com o BNDES, e estamos comprometendo até 18% de nossa receita com pagamento das dívidas — afirmou ao GLOBO o secretário de Fazenda do Rio, Cibilis Vianna.

Um dos principais itens da negociação não está explicitado no termo de compromisso, nem na lei em tramitação no Congresso. E o limite percentual das receitas dos governos estaduais a ser comprometido com o pagamento, que será decidido pelo Senado. Pela negociação, a dívida ma desses limites será incorporada ao principal, para pagamento em 20 anos. O Governo federal queria inicialmente um limite de 15%, que baixou para 11%. Governos de estados como Rio Grande do Sul e São Paulo insistem em 7%, e a tendência do Senado é fixar esse limite em 9%.

A cerimônia de ontem teve a presença de três governadores, o do Pará, Jader Barbalho, do Amazonas, Gilberto Mestrinho, e do Piauí, Freitas Neto. Além desses, através de representantes, assinaram o termo de compromisso São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas, Mato Grosso do Sul, Ceará e Maranhão.